

Percepção ambiental dos gestores e comunidades locais acerca das unidades de conservação UC's do litoral norte de São Paulo

Ana Clara Faria Iglesias Ramos¹, Maria Victória Carvalho Di Foggi¹, Marivane Turim Koschevic²

¹. Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente do IFSP Câmpus Caraguatatuba, e-mails: clara.i@aluno.ifsp.edu.br, carvalho.foggi@aluno.ifsp.edu.br

². Professora do IFSP Câmpus Caraguatatuba, e-mail: marivane.turim@ifsp.edu.br.

RESUMO: Importante para a proteção às áreas naturais e a biodiversidade, as Unidades de Conservação (UC's) atuam não somente na preservação dos recursos naturais, mas, também, como locais de aprendizado e sensibilização da comunidade, acerca da problemática ambiental. As UC's encontram-se associadas à percepção ambiental dos diferentes grupos da comunidade do seu entorno, cumprindo o papel auxiliar na compreensão da relação homem e natureza. Estudos de percepção ambiental tornam direta a identificação dos conflitos ambientais que permeiam a gestão e o manejo das UC's, pois estas questões refletem no processo de formulação das políticas e diretrizes que envolvem a criação destes espaços. Considerando essa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo identificar aspectos importantes da concepção das comunidades locais sobre as UC's estudadas no litoral norte de São Paulo e compreender melhor as estratégias de gestão do parque, a fim de concluir como a percepção ambiental dos residentes locais e dos funcionários dos parques influenciam em sua gestão.

PALAVRAS-CHAVE: unidade de conservação; percepção ambiental; gestão ambiental; comunidade local.

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação, conhecidas ao redor do mundo como áreas protegidas, foram estabelecidas visando a preservação ambiental e a proteção do patrimônio biológico, abrangendo diferentes biomas, ecossistemas e nichos ecológicos. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) normatiza as categorias, sendo elas de proteção integral ou de uso sustentável, assim como os objetivos e critérios de gestão dos diferentes tipos de UC's (BRASIL, 2000). A Lei nº 9.985 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, definiu as Unidades de Proteção Integral como áreas com o intuito de preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já as de Uso Sustentável, conciliam a conservação do meio ambiente com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.

Algumas áreas têm um grande número de espécies endêmicas, ou seja, espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar do planeta. Os ecossistemas que possuem um grande número de espécies endêmicas (mais de 1500 plantas vasculares endêmicas) e que tiveram sua área de cobertura original drasticamente reduzida (com cobertura reduzida a 30% ou menos do tamanho original), e que são fortemente ameaçados pela perda de habitat e outras atividades humanas, são denominados *hotspots* de biodiversidade (CI, 2023).

Tendo em vista as crises ambientais recorrentes e grandes ameaças à diversidade biológica, a importância da manutenção de áreas de proteção passou a ser cada vez mais discutida pela sociedade brasileira. Assim, torna-se fundamental considerar os seres humanos no processo de criação de UC's, como também, a sua integração em programas

de educação ambiental dentro das unidades de conservação, na busca por uma conservação mais efetiva dessas áreas (TORRES; OLIVEIRA, 2008).

Segundo Fernandes et al (2008), o estudo da percepção ambiental é fundamental para que se possam compreender as inter-relações entre o Homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. A visão que as pessoas têm interfere na forma como se relacionam com a natureza, compreendendo de diferentes modos o mundo ao seu redor.

Para garantir uma boa gestão dos parques, é necessária a participação efetiva da sociedade civil, principalmente daquelas que vivem ao redor desses ambientes. A gestão deve ser inclusiva, promovendo a integração econômica e social das comunidades vizinhas, respeitando o controle social e a transparência (BEZERRA et al, 2018).

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a percepção ambiental das comunidades que residem em torno das UC's na região de Mata Atlântica, a fim de entender a relação do homem com a natureza, e como isso afeta a dinâmica da gestão local. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica/documental, descritiva e entrevistas realizadas com os gestores dos Parques e moradores da comunidade. Neste recorte apresentaremos a relação estabelecida entre os moradores do entorno dos parques estaduais do litoral norte de São Paulo, nas cidades de Caraguatatuba (PE Serra do Mar), São Sebastião (PE Serra do Mar) e Ilhabela (PEIb) (PE - Parque-arquipélago) e as atividades que os gestores desenvolvem com a comunidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a Lei n. ° 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Unidades de Conservação (UC's) são espaços territoriais e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes e com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000; TORRES; OLIVEIRA, 2008).

As primeiras áreas protegidas foram instituídas em decorrência de seus valores estéticos, desconsiderando os fundamentos técnicos e científicos, desencadeando a má formação e gestão de uma área, sem finalidades ambientais precisas (PÁDUA, 1978).

A percepção ambiental refere-se à relação que a sociedade possui com o meio natural e como ela está se relacionando com este meio, ou seja, a percepção ambiental funciona como um instrumento, utilizado de forma a identificar os aspectos do homem em relação à natureza, sendo negativo ou positivo (PALMA, 2005). Segundo Fernandes et al (2008), compreender os aspectos positivos e negativos de cada seção da sociedade, viabiliza adequar ações às necessidades específicas de cada grupo, colaborando para que medidas mitigadoras sejam tomadas de forma coerente.

As medidas sobre a política ambiental pública estão associadas ao processo de troca e à ligação de forças que são estabelecidas com a população e os interesses vinculados. Visando que a participação social aconteça, a gestão das Unidades de Conservação é imprescindível para garantir a demanda da comunidade local e as prioridades de conservação, garantindo a sustentabilidade da gestão (BEZERRA et al., 2018).

O Plano de Manejo é o documento técnico onde se estabelece o zoneamento da UC, bem como as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Artigo 2º, inciso XVII do SNUC). Assim, é o instrumento que designa a extensão e o regulamento de uma UC.

3 MATERIAL E MÉTODOS

a) Estratégias metodológicas

Para alcançar o objetivo deste estudo, inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica e descritiva, seguida de análise documental (Plano de Manejo¹), além, da obtenção de registros fotográficos, por meio de visitas *in loco* e coleta de dados por meio de entrevista com os funcionários de diversos setores das UC's e da comunidade do entorno.

Tabela 01 - Dados das entrevistas.

PESM Núcleo:	Funcionários dos Parques: ¹	Comunidade: ¹
Caraguatatuba	4	10
Ilhabela	8	10
São Sebastião	4	10

¹ Todos os participantes das entrevistas preencheram um formulário de consentimento para uso de imagem e voz e sigilo das informações pessoais, mantido em arquivo pelas pesquisadoras.

b) Delimitação da área de estudo

Este estudo foi realizado em diferentes sedes do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), núcleo Caraguatatuba (R. Horto Florestal, 1200 - Rio do Ouro, Caraguatatuba - SP, 11675-730) e São Sebastião (Rua Serra do Mar, 13 - Juquehy, São Sebastião - SP, 11600-000) e no Parque Estadual Ilhabela (PEIb)(R. Morro da Cruz, 608 - Itaquanda, Ilhabela - SP, 11630-000), conforme a Figura 1.

Figura 1: Mapa do litoral norte do estado de São Paulo com destaque para os núcleos Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião do PESH e para o PEIb.



Fonte: Maria da Glória Motta Garcia et al.,(2019). ResearchGate.

Figura 2: Delimitação da área percorrida a) no entorno do Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba, b) delimitação da área percorrida no entorno do Parque Estadual Ilhabela e c) no entorno do Parque Estadual Serra do Mar – São Sebastião .



Fonte: As autoras.

c) Pesquisa de percepção ambiental por meio de entrevistas – funcionários e comunidade

Um dos métodos propostos para essa pesquisa foi o levantamento de dados com a comunidade local e com os funcionários dos parques, por meio de uma pesquisa de percepção ambiental, desenvolvida com auxílio de dois questionários do Google Forms®, com questões abertas e fechadas, realizados nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2023.

O primeiro questionário, cujo público-alvo foram os funcionários das UC's, apresentava cerca de 8 questões, abordando informações sobre o perfil dos entrevistados, sua percepção ambiental de influência da UC na sua vida, e também sobre a relação da gestão do Parque com a comunidade. O segundo questionário utilizado continha 14 questões, e teve como foco as comunidades que vivem no entorno das UC's e as inter-relações no ambiente de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Observações sobre o Plano de Manejo

O Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Mar foi instituído em 19 de setembro de 2006, pelo Instituto Florestal e aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Este documento levou em consideração a análise de dados sobre fauna, flora, pressões e ameaças causadas pela ocupação humana, educação ambiental, turismo, recursos hídricos, patrimônio cultural, gestão financeira e administrativa do PESM (SÃO PAULO, 2023c).

O envolvimento das comunidades locais se estabeleceu por meio dos Conselhos de apoio à gestão, prefeituras, lideranças comunitárias e também de representantes da sociedade no nível regional como ONGs, órgãos públicos estaduais, federais e empresas. A principal estratégia utilizada para o envolvimento na elaboração do Plano de Manejo foi a realização de reuniões e oficinas de planejamento, pelo qual diversos componentes do Plano de Manejo puderam ser discutidos e construídos por várias entidades (SÃO PAULO, 2023d).

A Resolução SMA nº 08, de 20 de janeiro de 2016, aprovou o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, considerando a Deliberação CONSEMA nº 20, de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de outubro de 2015 (SEMIL, 2016).

De acordo com o Plano de Manejo PEIb, a grande maioria das famílias que habitam em seu interior apresentam evidências de tradicionalidade. Nota-se que a grande maioria da população é composta por membros de famílias tradicionais, porém há pessoas de outros lugares residindo nestes ambientes, trabalhando de caseiro em propriedades particulares ou em bares e restaurantes no atendimento aos turistas. Ainda, considera-se que o planejamento participativo que foi utilizado na concepção deste documento é a construção de um pacto. A discussão com a sociedade e os parceiros institucionais possibilitou tornar o Plano de Manejo mais ajustado à realidade, através da incorporação das demandas às estratégias e ações previstas (PLANO DE MANEJO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA, 2015).

4.2 Percepção e gestão ambiental dos gestores e da comunidade do entorno

Para este artigo, selecionaram-se informações específicas sobre o estudo realizado. Diversos questionamentos importantes foram realizados, e a partir desses é possível medir o grau de percepção dos entrevistados em grupos com diferentes faixas etárias e entre indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos distintos.

Figura 3: Coleta de dados com a comunidade - letras a) Caraguatatuba, b) Ilhabela e c) São Sebastião. Com os gestores dos parques letras f) Ilhabela e g) São Sebastião.



Fonte: As autoras.

Ao se utilizar a percepção ambiental para o planejamento da educação ambiental é possível alcançar resultados mais positivos em relação à participação das pessoas no processo de conservação dos recursos, com os quais elas podem apresentar uma estreita ligação (TORRES e OLIVEIRA, 2008).

A coleta de dados foi realizada conforme as imagens da Figura 3.

Os gestores dos parques quando perguntados "Como você percebe a gestão ambiental do parque em relação às comunidades do entorno?". "Se tem projetos para a comunidade?", no PESM Caraguatatuba citaram-se informações como: "A gente sempre busca realizar projetos gratuitos, como a festa do Cambuci, para incentivar a população a ir. No aniversário do parque fizemos dinâmicas com crianças e projetos com escolas para avistamento de aves. Eles valorizam a comunidade local, pois tem entrada gratuita para moradores do Rio do Ouro". Outros profissionais relataram que a atuação da comunidade é um pouco baixa, mas o que se tem pra comunidade em si é a isenção para visitação. Os moradores ao redor do parque não tem tanto interesse nas atividades oferecidas, porque o foco do parque é a restauração e conservação. Tem uma integração legal, mas poderia ser melhor.

Ainda, tivemos respostas no sentido de "Não depende apenas da administração do parque, mas é uma questão política - deveria ser melhor integrada". "O parque é uma unidade de conservação gerida pela Fundação Florestal, algumas coisas são determinadas pela fundação e outras pelos funcionários do parque. Existe uma cobrança do valor do ingresso da entrada do parque para gerar renda. Também existe gratuidade para quem é morador do bairro Rio do Ouro para quem tem baixa renda e escolas públicas. O parque tem uma parceria com a prefeitura desde 2018, o projeto As' Atlântica, de observação de aves com crianças".

No PEIb citou-se: "Tem muitos projetos, uma das premissas das unidades de conservação são as atividades socioambientais, tanto com comunidade tradicional quanto com comunidade do entorno. Ocorre desde educação ambiental nas trilhas até atividades turísticas. Avistamento de pássaros e primatas. Todas as atividades são voltadas para o público do entorno. A gente costuma dizer que a unidade de conservação está dentro da casa das pessoas". Ademais, outros gestores relataram que há conflitos com a comunidade do entorno, como caça, ocupação irregular e incêndio criminal. O parque procura através da educação ambiental, fiscalização e ações preventivas tentar administrar os conflitos com a comunidade do entorno.

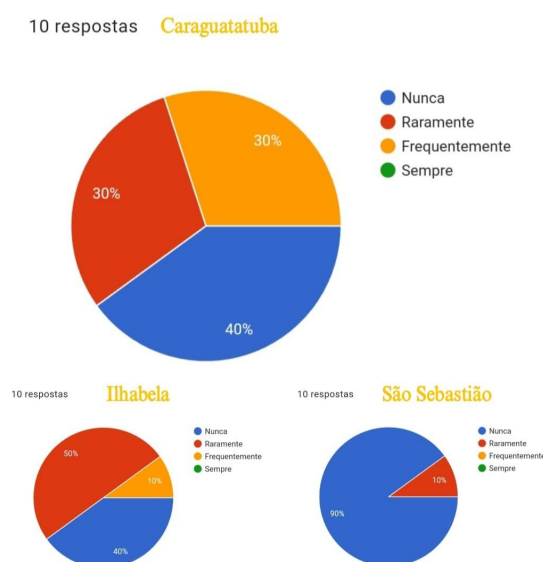
Além disso, obtivemos respostas como: "É complicada, porque a gente tem pouco efetivo, pouco recurso pra ir nas comunidades e ter essa interação, então é um desafio para essa gestão ser mais integrada com a comunidade. A relação é boa mas poderia ser melhor, a gente tem uma série de dificuldades, principalmente para chegar aos extremos da Ilha, mas a gente faz o máximo para suprir essas necessidades".

No PESM São Sebastião obteve-se: "É um desafio muito grande, porque as pessoas não se preocupam muito aqui. O turismo de sol e praia em São Sebastião é muito forte, e só levando as pessoas pra cachoeira pra elas entenderem a importância da proteção. Trabalhamos com poder público, sociedade civil e comunidades tradicionais, mas fazemos bastante educação ambiental". "Eu sinto que, por conta da geografia da UC, a gente tem dificuldade de comunicação com a população do entorno. A gente faz diversas ações de uso público, atividades escolares, em fins de semana e feriado, nas cachoeiras". Outros entrevistados constataram que o parque participa de muitas ações de educação ambiental, como o do Verde Escola e o ICC, a gente também tem ações em escolas e procura estar junto da comunidade através do conselho. Tem pouco recurso então não dá pra desenvolver tanta coisa como a gente gostaria.

Nos três parques estudados, ambos gestores enfatizaram a necessidade de uma aproximação com a comunidade, no entanto esse relacionamento fica dificultado possivelmente pela falta de interesse por parte dos moradores e pela escassez de recursos (físicos/ financeiros/ contingentes) necessários para realizar o contato de forma efetiva. De acordo com o PESM Caraguatatuba a relação entre o parque e o entorno é boa, mas poderia melhorar, para que haja uma maior integração entre ambas as partes. No PEIb, também relataram que é um desafio a interação com a comunidade pela falta de funcionários efetivos. Por conseguinte, no PESM São Sebastião a relação poderia ser melhor, pois nem todos reconhecem a existência e importância de uma UC.

As comunidades do entorno das UC's de Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião quando foram questionadas se: “Têm hábito de frequentar o parque (UC's) próximo a sua residência?” responderam conforme o gráfico da Figura 4.

Figura 4: Gráficos das respostas obtidas nos questionários realizados com a comunidade nas cidades de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.



Fonte: As autoras.

Conforme a combinação dos gráficos na Figura 4, no PESM Caraguatatuba 30% dos participantes responderam que vão ao parque frequentemente, enquanto que 40% responderam que nunca frequentam, valor igual ao amostrado para o PEIb, é muito superior no PESM São Sebastião no qual esse índice chegou a 90%. Entre os possíveis motivos citaram-se o desconhecimento destas áreas e a falta de tempo em virtude do trabalho.

Quando questionadas sobre “Qual a importância das UC's? (nome de cada parque específico)”, a comunidade de Caraguatatuba respondeu: “É importante para a manutenção da qualidade de vida de todos nós”. “Mostrar para as crianças a beleza da natureza”. “Auxiliam as pessoas e fazem muitas palestras”. A comunidade do PEIb afirmou: “Serve para dar conhecimento”. “Contar a importância do meio ambiente para as pessoas”. “Conservar, cuidar e proteger do desmatamento”. Já em São Sebastião as respostas foram “Conservar as nascentes, todo mundo depende de água”. “Conservar as florestas, o meio ambiente”. “Conscientizar e Preservar”, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou a importância das UC's como instrumentos essenciais para a conservação ambiental e a proteção da biodiversidade em um cenário global de crescentes desafios ambientais. No contexto do Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece as diretrizes e categorias para essas áreas, diferenciando entre proteção integral e uso sustentável, com o objetivo de conciliar a conservação da natureza com a utilização responsável dos recursos naturais.

Foi ressaltado o significado dos hotspots de biodiversidade, que incluem biomas como a Mata Atlântica, abrigando espécies endêmicas, mas enfrentando ameaças substanciais devido à perda de habitat e outras atividades humanas. Os municípios do Litoral Norte de São Paulo, onde se concentra a Mata Atlântica, possuem o Parque Estadual da Serra do Mar, uma área de relevância ambiental incontestável. A percepção ambiental, como ferramenta essencial, foi discutida para entender as inter-relações entre os seres humanos e o meio ambiente, reconhecendo que a visão que as pessoas têm da natureza afeta diretamente sua relação com ela. A pesquisa realizada incluiu uma análise do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e uma pesquisa de percepção ambiental, conduzida por meio de entrevistas com funcionários das UC's e a comunidade local.

Esse estudo oferece uma visão aprofundada das UC's e destaca a necessidade contínua de conscientização, participação das comunidades locais e estratégias de gestão eficazes para garantir a preservação ambiental e a proteção do patrimônio biológico em áreas de extrema importância como o Litoral Norte de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BEZERRA et al. Política Pública e o Desafio da participação social na gestão de Unidades de Conservação. **Revista HOLOS Environment**, v. 06, p. 117-129, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4486/pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- CI – Conservation International. **Biodiversity Hotspots**: Targeted investment in nature's most important places. Disponível em: <<https://www.conservation.org/priorities/biodiversity-hotspots>>. Acesso em: 11 set. 2023.
- FERNANDES, R. S. et al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**, 2008. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.
- PÁDUA, M. T. J. **Categorias de Unidades de Conservação** – objetivos de manejo. Boletim FBCN, 1978. Disponível em: <<https://conservation.ufpr.br/wp-content/uploads/2018/10/APOSTILA-INTRODU%C3%87%C3%83O-%C3%80S-UNIDADES-DE-CONSERVA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2023.
- PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de

Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7708>>. Acesso em: 28 set. 2023.

PARQUE ESTADUAL ILHABELA. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/parque-estadua-l-ilhabela/>>. Acesso em: 05 de out. 2023b.

PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR. Disponível em: <<https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-serra-do-mar/>>. Acesso em: 05 de out. 2023a.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA. Fundação Florestal do Estado de São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://smasr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/2018/07/resumo-executivo.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO, Parque Estadual Serra do Mar. Disponível em: <<https://smasr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/2012/01/1.-Introducao.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2023c.

SÃO PAULO, Parque Estadual Serra do Mar. Disponível em: <<https://smasr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/2012/01/2.-Metodologia.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2023d.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, Resolução nº 08, de 20 de janeiro de 2016, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; “Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela”; publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de outubro de 2015; São Paulo, SP.

TORRES, D. F; OLIVEIRA, E. S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, p. 227-235, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3046/1725>>. Acesso em: 11 set. 2023.